

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

Avalie nossos
simulados:



CÓDIGO:

2602065563M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Câmara dos Deputados

CARGO:

Técnico Legislativo – Policial Legislativo Federal

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2026

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2026

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – 1º SIMULADO – TÉCNICO LEGISLATIVO – POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Andrea Cerqueira

Leia o texto abaixo para julgar os itens de 1 a 10.

- 1 É inegável a existência de novas tendências constitucionais na América Latina. A cultura latino-americana e, por conseguinte, o Direito Constitucional que aqui se desenvolve têm traços especiais que os distingue dos demais sistemas. Esse novo modelo é fruto de reivindicações sociais de parcelas historicamente excluídas do processo decisório nesses países, notadamente as populações indígenas.
- 2 O denominado Constitucionalismo Latino-americano nasce (do ponto de vista normativo) a partir, sobretudo, das Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009 e se apresenta, para muitos, como uma verdadeira ruptura com as tradicionais bases do constitucionalismo (seja ele clássico ou contemporâneo) de matriz europeia até então vigente.
- 3 Esse Constitucionalismo Latino-americano surge no contexto de busca pela promoção de um Estado Plurinacional. Sua fundamentação teórica é a de que os Estados nacionais modernos foram criados a partir da lógica da homogeneização e uniformização, sendo desde a origem Estados que visaram negar a diversidade.
- 4 Isso porque, com a predominância de uma lógica colonial e eurocêntrica, foram desenvolvidos mecanismos de normalização e construção de uma suposta “identidade nacional”, com um direito nacional (monismo jurídico), uma moeda nacional, um exército nacional, uma língua nacional, entre outros tipos de anulação da diferença. Há um artificialismo formador de um Estado nacional de padrão europeu, o que acaba, em última análise, por justificar a superioridade de determinadas culturas sobre outras.
- 5 Inexistindo mais de um sistema normativo vigorando no mesmo Estado-nação, o monismo jurídico foi o pálio sobre o qual por muito tempo se edificou esse modelo importado, monocultural, excluindo não apenas os povos originários do processo político, mas também mulheres e escravos.
- 6 Impulsionados pela ideia de igualdade acriticamente importada da Europa, os Estados latino-americanos desenvolveram as mais variadas políticas “assimilacionistas”, com o fim de “incorporar” os indígenas à nação, num desejo integracionista da “sociedade envolvente majoritária”.
- 7 Ora, onde há “uniformização de valores”, obrigatoriamente, haverá radical exclusão, em um modelo nada representativo dos grupos “não uniformizados”. Todo esse processo de “culturicídio” de grupos e etnias por meio do modelo homogêneo e uniformizador é questionado pelo novo constitucionalismo da América Latina, numa perspectiva plural de reconhecimento e inclusão do “outro” nos processos de formação da vontade política e distribuição do poder.

- 8 Se antes se consagrava um conceito “liberal” de nação, em que há uma identificação e unificação entre esta e o Estado (Estado-nação, com um só povo, uma só língua, uma só cultura), com a “plurinacionalidade” há uma refundação do conceito de Estado, pois o Estado Plurinacional deve congrega e reconhecer diferentes nações em seu seio (grupos sociais heterogêneos que conformam o Estado), numa incessante tentativa de rechaçar o “universal” como uma categoria abstrata.
- 9 Trata-se, portanto, de um movimento social, jurídico e político voltado à ressignificação do exercício do poder constituinte, da legitimidade, da participação popular e do próprio conceito de Estado. O Estado do Constitucionalismo Latino-americano é o Estado Plurinacional, que reconhece a pluralidade social e jurídica, respeitando e assegurando os direitos de todas as camadas da população. Em outras palavras: esse novo constitucionalismo consiste em proposta jurídico-política de um Estado Plurinacional que tem como objetivo a criação de um modelo de gestão pública das diferenças e de respeito aos modos de vida dos grupos culturalmente diferenciados que, no modelo colonial, foram excluídos do sistema de tomadas de decisão relativas ao mesmo espaço geográfico e político.
- 10 O Constitucionalismo Latino-americano do Estado Plurinacional, por isso mesmo, só pode ser profundamente intercultural, uma vez que ele corresponde à constituição de uma relação igual e respeitosa de distintos povos e culturas, a fim de manter as diferenças legítimas e eliminar (ou ao menos reduzir) as ilegítimas, mantendo uma unidade como garantia da diversidade.
- 11 Essa experiência é um sinal de que é possível a convivência respeitosa de diferentes grupos culturalmente diferenciados, seus modos de vida e suas juridicidades num mesmo espaço geográfico e político cada vez mais livre das amarras coloniais ainda presentes na América Latina.

Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/09/03/constitucionalismo-latino-americano-e-estado-plurinacional/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

- 1 O texto sustenta que o Constitucionalismo Latino-americano se apresenta como uma continuidade crítica do constitucionalismo europeu contemporâneo, preservando seus fundamentos essenciais, mas ampliando-os para incluir demandas de grupos historicamente excluídos.
- 2 Infere-se do texto que a noção de Estado Plurinacional se opõe à ideia de Estado-nação clássico por rejeitar a homogeneização cultural e jurídica imposta por modelos coloniais e eurocêntricos.
- 3 De acordo com o texto, o Constitucionalismo Latino-americano redefine o exercício do poder constituinte ao deslocar sua legitimidade exclusivamente do Estado para os grupos culturais que compõem a sociedade.
- 4 Mantém-se a correção gramatical e o sentido original do período ao se substituir o trecho “*Impulsionados pela ideia de igualdade acriticamente importada da Europa*” por **Impulsionados pela ideia de igualdade, acriticamente importada da Europa**, preservando-se a relação de regência e as vinculações sintáticas do enunciado.

- 5 No segmento “*Ora, onde há ‘uniformização de valores’, obrigatoriamente, haverá radical exclusão*”, a supressão das duas vírgulas que isolam “*obrigatoriamente*” (mantida a vírgula após “*Ora*”) preserva a correção gramatical e não altera o valor semântico-discursivo do advérbio no período.
- 6 Mantém-se a correção gramatical do texto ao se reescrever o trecho “*Trata-se, portanto, de um movimento social, jurídico e político voltado à resignificação...*” como **Se trata, portanto, de um movimento social, jurídico e político voltado à resignificação...**, por se tratar de construção com pronome apassivador, admitindo-se próclise.
- 7 Mantém-se a correção gramatical e a adequação à norma-padrão ao se empregar o acento indicativo de crase no trecho “*voltado à resignificação do exercício do poder constituinte*”, uma vez que o núcleo nominal “*ressignificação*” rege preposição *a*, e o termo subsequente é feminino determinado, admitindo a fusão de preposição e artigo.
- 8 No trecho “*o Constitucionalismo Latino-americano e, por conseguinte, o Direito Constitucional que aqui se desenvolve têm traços especiais*”, a forma verbal “*têm*” está corretamente flexionada no plural, em concordância com o sujeito composto, assim como o adjetivo “*especiais*” concorda adequadamente com o núcleo plural “*traços*”.
- 9 No trecho “*Esse novo modelo é fruto de reivindicações sociais de parcelas historicamente excluídas do processo decisório nesses países*”, o emprego do demonstrativo “*esse*” estabelece referência anafórica inequívoca às Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009, funcionando como mecanismo de coesão por retomada nominal específica.
- 10 Preserva-se o sentido global e a progressão argumentativa do texto ao se reescrever o período “*Trata-se, portanto, de um movimento social, jurídico e político voltado à resignificação do exercício do poder constituinte, da legitimidade, da participação popular e do próprio conceito de Estado*” da seguinte forma: **Portanto, trata-se de um movimento de natureza social, jurídica e política que visa à resignificação do exercício do poder constituinte, bem como da legitimidade, da participação popular e do próprio conceito de Estado.**

Leia o texto abaixo para julgar os itens de 11 a 20.

Eu estava de sentinela, afastado um quarto-de-légua, num alto retuso. Dali eu via aquele movimento: os homens, enxergados tamanhinho de meninos, numa alegria, feito nuvem de abelhas em flor de arará, esse alvoroço, como tirando roupa e correndo para aproveitarem de se banhar no redondo azul da lagoa, de donde fugiam espantados todos os pássaros – as garças, os jaburus, os marrecos, e uns bandos de patos – pretos. Semelhava que por saberem que no outro dia principiava o peso da vida, os companheiros agora queriam só pular, rir e gozar seu exato. Mas uns dez tinham de sempre ficar formando prontidão, com seus rifles e granadeiras, que Medeiro Vaz assim mandava. E, de tardinha, quando voltou o vento, era um fino soprado seguido, nas palmas dos buritis, roladadas uma por uma. E o bambual, quase igualmente. Som bom de chuvas. Então, Diadorim veio me fazer companhia. Eu estava meio dúbio. Talvez, quem tivesse mais receio daquilo que ia acontecer fosse eu

mesmo. Confesso. Eu cá não madruguei em ser corajoso; isto é: coragem em mim era variável. Ah, na aqueles tempos eu não sabia, hoje é que sei: que, para a gente se transformar em ruim ou em valentão, ah basta se olhar um minutinho no espelho –caprichando de fazer cara de valentia; ou cara de ruindade! Mas minha competência foi comprada a todos custos, caminhou com os pés da idade. E, digo ao senhor, aquilo mesmo que a gente receia de fazer quando Deus manda, depois quando o diabo pede se perfaz. O Danador! Mas Diadorim estava a suaves. —“Olha, Riobaldo” — me disse — “nossa destinação é de glória. Em hora de desânimo, você lembra de sua mãe; eu lembro de meu pai...” Não fale nesses, Diadorim... Ficar calado é que é falar nos mortos... Me faltou certeza para responder a ele o que eu estava achando. Que vontade era de pôr meus dedos, de leve, o leve, nos meigos olhos dele, ocultando, para não ter de tolerar de ver assim o chamado, até queponto esses olhos, sempre havendo, aquela beleza verde, me adoecido, tão impossível.

João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*.

- 11 Infere-se do texto que o momento de alegria coletiva descrito pelo narrador funciona como contraponto simbólico à consciência antecipada de um futuro marcado por violência, responsabilidade e endurecimento moral.
- 12 O narrador apresenta-se como personagem seguro de si, cuja reflexão posterior confirma que a coragem sempre lhe foi atributo estável e plenamente amadurecido desde a juventude.
- 13 O texto pertence ao gênero narrativo literário, com predominância da tipologia narrativa, articulada a passagens descritivas e reflexivas, construídas por meio de linguagem figurada e subjetiva.
- 14 No trecho “*Mas minha competência foi comprada a todos custos, caminhou com os pés da idade*”, as orações “*foi comprada a todos custos*” e “*caminhou com os pés da idade*” mantêm entre si relação de coordenação assindética, uma vez que compartilham o mesmo sujeito e se justapõem sem conectivo explícito, estabelecendo progressão semântica.
- 15 Em “*Semelhava que por saberem que no outro dia principiava o peso da vida, os companheiros agora queriam só pular, rir e gozar seu exato*”, a oração “*por saberem que no outro dia principiava o peso da vida*” exerce função de oração subordinada substantiva causal, completando o sentido do verbo “*semelhar*”.
- 16 No período “*Ah, naqueles tempos eu não sabia, hoje é que sei: que, para a gente se transformar em ruim ou em valentão, ah basta se olhar um minutinho no espelho*”, o segmento introduzido por “*que*” exerce função de oração subordinada substantiva objetiva direta, retomando e especificando o conteúdo do verbo “*sei*”.
- 17 Em “*Talvez, quem tivesse mais receio daquilo que ia acontecer fosse eu mesmo*”, a oração “*quem tivesse mais receio daquilo que ia acontecer*” exerce função de oração subordinada substantiva objetiva direta, complementando o advérbio “*talvez*”.
- 18 No trecho “*os homens, enxergados tamanhinho de meninos, numa alegria*”, a forma “*tamanhinho*” atua como adjetivo, flexionado no diminutivo, qualificando semanticamente o substantivo “*homens*”, com valor expressivo e avaliativo.

- 19 Preservam-se a correção gramatical e o sentido global do trecho “Talvez, quem tivesse mais receio daquilo que ia acontecer fosse eu mesmo” ao se substituir “daquilo que ia acontecer” por **do que estava por acontecer**.
- 20 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido do texto ao se reescrever o período “Semelhava que por saberem que no outro dia principiava o peso da vida, os companheiros agora queriam só pular, rir e gozar seu exato” da seguinte forma: **Os companheiros agora queriam só pular, rir e gozar seu exato, porque sabiam que no outro dia principiaria o peso da vida, o que semelhante**.

Leia o texto abaixo para julgar os itens de 21 a 25.

- 1 *Caçador de Mim* (1981) é um trabalho contraditório na discografia de Milton Nascimento. Ao mesmo tempo em que é politizado, engajado com o social, também soa autocentrado, nostálgico. Ainda que alguns arranjos remetam ao experimentalismo e complexidade de sempre, outras músicas carregam os timbres típicos dos sucessos populares
- 2 A começar pela faixa-título. Escrita originalmente para o 14 Bis pelo baixista Sérgio Magrão com Luiz Carlos Sá (da dupla Sá e Guarabyra), “Caçador de Mim” traz reflexões de dura sinceridade, com as quais Milton se identificou imediatamente. De volta a Minas Gerais e prestes a chegar aos 40 anos, ele caçava respostas para suas escolhas de vida, olhando para dentro de si e tirando conclusões.
- 3 A entrada na década de 1980 certamente inspirou mudanças na música de Milton. A sonoridade típica da época, tomada por sintetizadores e arranjos “radio-friendly”, contribuiu para uma guinada nas estruturas das composições, antes tão dependentes de instrumentações acústicas e sonoridades orgânicas. Se *Sentinela* (1980) já se mostrava favorável a novas experiências, *Caçador de Mim* marcou a entrada definitiva na nova era.
- Disponível em: <https://rollingstone.com.br/musica/cacador-de-mim-e-angelus-milton-nascimento-e-sua-intimidade-com-a-musica/>. Acesso em: 06 fev. 2026.
- 21 Infere-se do texto que o caráter contraditório atribuído ao álbum *Caçador de Mim* decorre da convivência, na obra, entre engajamento político-social e um movimento introspectivo do artista, intensificado por um momento de transição pessoal e estética.
- 22 No trecho “A entrada na década de 1980 certamente inspirou mudanças na música de Milton”, o emprego do pretérito perfeito do indicativo indica ação hipotética e não comprovada, reforçada semanticamente pelo advérbio “certamente”.
- 23 No período “Ao mesmo tempo em que é politizado, engajado com o social, também soa autocentrado, nostálgico”, a locução conjuntiva “ao mesmo tempo em que”, reforçada pelo advérbio “também”, estabelece relação de simultaneidade com valor adversativo, contribuindo para a progressão argumentativa do texto.
- 24 No trecho “traz reflexões de dura sinceridade”, o adjetivo “dura” é empregado em sentido literal, indicando rigidez formal e ausência de emoção nas reflexões apresentadas.

- 25 No segmento “Escrita originalmente para o 14 Bis”, a forma verbal “escrita” caracteriza uma construção na voz passiva analítica, com agente da passiva explicitado posteriormente.

Língua Inglesa

Alexandre Hartmann

First, talk openly with children about safety from a young age. Age-appropriate conversations about boundaries, online behavior and trusted adults give children the language and confidence to speak up when they feel unsafe or unsure.

Second, know what your child has access to. Account for all digital devices in the home, and monitor your child’s online behavior across games, apps and social media. Last year, it was reported that a Utah teenager was using an old, unaccounted phone to connect to the internet before meeting up with a predator. These things can seem impossible until they happen, and it’s up to us to keep our kids safe.

Third, learn about and watch for red flags. Sudden changes in behavior, secrecy around devices, unexplained gifts, or withdrawal can all be warning signs. Knowing what to look for helps interrupt exploitation sooner.

Human Trafficking Prevention Month should not be about recycled outrage or symbolic gestures. It should be about clarity and action.

Trafficking is happening now — not just in secret enclaves for the rich and powerful, but in our communities, hidden in plain sight. If we want to stop this exploitation, we must stop treating it as rare, stop waiting for extreme cases to shock us into action and start strengthening the protections that keep children safe before harm occurs.

Silence is the trafficker’s greatest ally. Action is ours.

Source: <https://www.newsweek.com/>.

- 26 The gist of the text is that human trafficking is currently occurring within the communities and that safeguarding children depends on awareness and decisive action.
- 27 Parents are advised to postpone discussions about safety with young children in order to avoid causing unnecessary fear.
- 28 The text suggests that monitoring children’s online activity should be limited to social networking sites, excluding games and mobile applications.
- 29 *Becoming familiar with indicators such as secrecy or abrupt behavioral changes can help prevent exploitation at an early stage.*
- 30 In the passage, the expression “red flags” designates formal or institutional markers used by authorities to identify trafficking cases.
- 31 The term “outrage” is employed to describe recurrent public indignation that remains largely performative and ineffective.
- 32 From the closing statement, it may be inferred that inaction and active intervention are equally ineffective in combating trafficking.

Raciocínio Lógico e Noções de Estatística

Diego Ribeiro e Josimar Padilha

33 Considere a seguinte estrutura lógica:

- Se todo policial legislativo aprovado no curso de formação é apto ao porte funcional, então existe policial legislativo apto ao porte funcional.
- Se existe policial legislativo apto ao porte funcional, então há servidor autorizado a atuar armado nas dependências da Câmara.

Logo, se todo policial legislativo aprovado no curso de formação é apto ao porte funcional, então há servidor autorizado a atuar armado nas dependências da Câmara.

34 Considere o argumento:

- Todo policial legislativo federal deve cumprir escala de serviço.
- Alguns servidores da Câmara cumprem escala de serviço.

Logo, alguns servidores da Câmara são policiais legislativos federais.

35 Considere a afirmação:

“Todo policial legislativo federal da Câmara é treinado em segurança institucional.”

A negação lógica correta dessa afirmação é:

“Nenhum policial legislativo federal da Câmara é treinado em segurança institucional.”

36 Para a formação de uma equipe de escolta institucional da Câmara dos Deputados, serão escolhidos exatamente 4 policiais legislativos dentre 7 disponíveis, sendo 4 homens e 3 mulheres, sendo que a equipe deve conter pelo menos 1 mulher.

Nessas condições, o número total de equipes distintas que podem ser formadas é igual ou superior a 31.

37 Durante a elaboração de um plano de contingência para controle de acesso a áreas restritas da Câmara dos Deputados, a coordenação da Polícia Legislativa definiu regras formais para autorizar ou negar o ingresso de servidores e visitantes em determinados setores sensíveis.

Foram definidas as seguintes proposições simples:

- P: o indivíduo possui credenciamento válido.
- Q: o indivíduo passou pela inspeção de segurança sem restrições.
- R: o indivíduo possui autorização excepcional emitida pela chefia de segurança.

Segundo o regulamento interno, é correto afirmar que “Se o indivíduo passou pela inspeção de segurança sem restrições e possui autorização excepcional emitida pela chefia de segurança, então possui credenciamento válido” pode ser reescrito como “O indivíduo não passou pela inspeção de segurança sem restrições ou não possui autorização excepcional emitida pela chefia de segurança ou possui credenciamento válido”.

38 Durante uma sessão solene de grande relevância institucional na Câmara dos Deputados, a coordenação da Polícia Legislativa precisa formar uma equipe de segurança responsável pelo controle de acesso a uma área restrita do edifício.

O efetivo disponível é composto por 12 policiais legislativos distintos, todos igualmente aptos para a missão. A equipe será formada por 5 policiais, escolhidos exclusivamente com base em critérios operacionais, sendo irrelevante a ordem em que os policiais são designados para a equipe.

Considerando que cada possível equipe de 5 policiais tem a mesma probabilidade de ser formada, julgue o item a seguir.

A quantidade de equipes formadas será inferior a 700.

39 Durante a avaliação do tempo de resposta da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados em ocorrências internas, foram registrados, em minutos, os tempos de atendimento de 8 ocorrências em um determinado turno: 6, 8, 8, 10, 10, 12, 14, 22.

A coordenação estatística observou que, embora a média de tempo estivesse dentro do padrão operacional aceitável, havia preocupação quanto à regularidade dos atendimentos, motivo pelo qual foram analisadas medidas de dispersão. Considerando o exposto, julgue o item a seguir.

O valor elevado do último tempo registrado (22 minutos) contribuiu para aumentar significativamente a variância e o desvio padrão da amostra, indicando maior dispersão dos tempos de atendimento em relação à média.

40 Com o objetivo de avaliar a eficiência operacional da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, a chefia determinou a realização de um teste de hipóteses sobre o tempo médio de atendimento às ocorrências internas.

Historicamente, o tempo médio aceitável de atendimento é de até 12 minutos. Para verificar se houve melhora após a adoção de novos protocolos, foi retirada uma amostra aleatória de atendimentos, e deseja-se testar, a nível de significância de 5%, se o tempo médio atual é inferior ao padrão histórico. Diante desses dados, julgue o item a seguir.

Nesse contexto, um teste de hipóteses adequadamente formulado deve considerar a hipótese nula $H_0: \mu \geq 12$ contra a hipótese alternativa $H_1: \mu < 12$, caracterizando um teste unilateral à esquerda. E que se o P-valor do teste for maior que 5%, a hipótese nula não será aceita.

Direito Constitucional e Legislação Interna da Câmara dos Deputados

Maria Julia e Yuri Moraes

41 Julgue o item a seguir, acerca da classificação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 classifica-se, quanto ao conteúdo, como analítica, por apresentar normas extensas e detalhadas, tratando de matérias que poderiam ser reguladas por legislação infraconstitucional.

42 Julgue o item a seguir, acerca dos sentidos sociológico, político e jurídico da Constituição.

No sentido jurídico, a Constituição pode ser definida como uma decisão política fundamental.

- 43** Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais, à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos e aos partidos políticos, julgue o item a seguir.
Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não são admitidas candidaturas avulsas no sistema eleitoral brasileiro, uma vez que a filiação partidária constitui condição constitucional de elegibilidade.
- 44** Com base nos direitos e garantias fundamentais, no disposto na Constituição Federal de 1988 e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.
Reconhecido judicialmente o direito à indenização por danos morais decorrentes de perseguição política sofrida durante a ditadura militar, os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória.
- 45** Julgue o item a seguir, acerca da segurança pública e da organização constitucional dos seus órgãos.
Compete à polícia federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, bem como apurar infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, sem prejuízo da atuação das polícias civis dos estados e do Distrito Federal.
- 46** Julgue o item que se segue, acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro.
Lei estadual pode proibir a construção de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em cursos d'água, com fundamento na competência concorrente dos estados para legislar sobre meio ambiente e proteção ambiental.
- 47** De acordo com as normas constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos, julgue o item a seguir.
A Constituição Federal de 1988 admite, no serviço público, a acumulação remunerada de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro cargo ou emprego público de qualquer natureza e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários.
- 48** No que se refere às prerrogativas dos parlamentares, julgue o item subsequente.
Caso um deputado estadual pratique ato abrangido pelas imunidades parlamentares, ficará imune à responsabilização nos mesmos termos aplicáveis aos deputados federais, uma vez que as imunidades material e formal conferidas aos membros do Congresso Nacional estendem-se aos parlamentares estaduais.
- 49** No que se refere à elaboração das leis ordinárias, exige a deliberação de ambas as Casas do Congresso Nacional, com a participação do Presidente da República. Consideradas as normas constitucionais pertinentes, julgue o item a seguir.
Rejeitado o veto parcial pelo Congresso Nacional, surge o dever constitucional de o Presidente da República promulgar a parte do projeto de lei cujo veto foi afastado.
- 50** À luz das disposições constitucionais relativas ao processo legislativo, julgue o item a seguir.
Após a aprovação, em dois turnos, por ambas as Casas do Congresso Nacional, a proposta de emenda à Constituição é encaminhada ao Presidente da República para fins de sanção ou veto.
- 51** Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por regulamentos especiais, aprovados pelo Plenário, considerados partes integrantes deste Regimento, e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.
- 52** Se algum Deputado, no âmbito da Casa, cometer qualquer excesso que deva ter repressão disciplinar, o Presidente da Câmara conhecerá do fato e requisitará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar responsabilidades e propor sanções cabíveis.
- 53** Quando, nos edifícios da Câmara, for cometido algum delito, instaurar-se-á inquérito a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança, em qualquer caso.
- 54** A Câmara não poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.
- 55** O policiamento dos edifícios da Câmara e de suas dependências externas, inclusive de blocos residenciais funcionais para Deputados, compete, privativamente, à Mesa, sob a suprema direção do Presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder.
- 56** Excetuado aos membros da segurança, é proibido o porte de arma de qualquer espécie nos edifícios da Câmara e suas áreas adjacentes, constituindo infração disciplinar, além de contravenção, o desrespeito a esta proibição.
- 57** Incumbe ao Presidente da Câmara supervisionar a proibição do porte de arma, com poderes para mandar revistar e desarmar.
- 58** Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal da Câmara e seus anexos durante o expediente e assistir das galerias às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.
- 59** Os espectadores ou visitantes que se comportarem de forma inconveniente, a juízo do diretor de serviços de segurança, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem em recinto da Casa, serão compelidos a sair, imediatamente, dos edifícios da Câmara.
- 60** De acordo com o Regimento Interno, em qualquer hipótese, é proibido o exercício de comércio nas dependências da Câmara.

Direito Administrativo

Vinicius Marques

- 61** Com base nas noções de organização administrativa, especialmente quanto à distinção entre centralização e descentralização, às figuras da desconcentração, à Administração Direta e Indireta e às formas clássicas de delegação de atividades administrativas, julgue o item a seguir. A descentralização administrativa ocorre quando a Administração Pública, no exercício do poder hierárquico, distribui internamente competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, criando novas unidades administrativas subordinadas, sem personalidade jurídica própria, hipótese em que se verifica a chamada desconcentração; por outro lado, a centralização caracteriza-se pela transferência de titularidade e execução de determinado serviço público a pessoa jurídica diversa do ente político, usualmente por meio de concessão, permissão ou autorização, situação em que o particular passa a integrar a Administração Indireta, sujeitando-se a tutela finalística e ao regime jurídico predominantemente público.
- 62** Com base nas noções de centralização, descentralização, concentração e desconcentração na organização administrativa, julgue o item a seguir.
A concentração administrativa ocorre quando o Estado transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica distinta, criada por lei para desempenhar atividade específica, enquanto a descentralização caracteriza-se pela mera distribuição interna de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, sem criação de nova entidade; já a desconcentração corresponde à delegação de serviços públicos a particulares, que passam a integrar a Administração Indireta sob regime jurídico de direito público.
- 63** Com base nas noções de Administração direta, indireta e funcional, julgue o item a seguir.
A Administração Direta é composta pelos órgãos que integram as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sem personalidade jurídica própria, enquanto a Administração Indireta é formada por pessoas jurídicas criadas por lei para o desempenho descentralizado de atividades administrativas.
Nesse contexto, a chamada Administração funcional corresponde justamente ao fenômeno da descentralização administrativa por outorga, mediante a criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias e fundações públicas, destinadas ao exercício de funções específicas do Estado.
- 64** Com base nas noções de Administração Indireta, especialmente quanto às características jurídicas das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue o item a seguir.
As autarquias e as fundações públicas de direito público possuem personalidade jurídica de direito público, submetem-se predominantemente ao regime jurídico administrativo e são criadas por lei específica, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado, integram a Administração Indireta mediante autorização legal para sua criação e submetem-se, em regra, ao regime jurídico híbrido, com incidência de normas de direito público e de direito privado.
- 65** Com base na teoria geral do ato administrativo, especialmente quanto ao seu conceito, requisitos e atributos, julgue o item a seguir. Ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública ou de quem lhe faça as vezes, praticada sob regime jurídico de direito público, destinada a produzir efeitos jurídicos imediatos, cuja validade depende da presença dos requisitos competência, finalidade, forma, motivo e objeto, e que goza dos atributos da presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade, nos limites estabelecidos pela lei.
- 66** Durante procedimento interno na Câmara dos Deputados, o Diretor-Geral editou ato administrativo concedendo a determinado servidor vantagem funcional prevista em norma interna posteriormente declarada ilegal pela Consultoria Jurídica da Casa. Diante da constatação da ilegalidade, a autoridade decidiu revogar o ato, com efeitos retroativos, determinando a devolução dos valores percebidos pelo servidor desde a concessão do benefício.
Com base na teoria geral do ato administrativo, especialmente quanto à extinção, nulidades e revogação, julgue o item a seguir.
A conduta administrativa está correta, pois a revogação é o instrumento adequado para desfazer atos administrativos ilegais, produzindo efeitos retroativos e impondo ao beneficiário a restituição dos valores recebidos indevidamente.
- 67** A Comissão de Licitação da Câmara dos Deputados submeteu à Consultoria Jurídica parecer acerca da possibilidade de contratação direta de determinada empresa por inexigibilidade. O parecer opinou favoravelmente, afirmando estarem presentes os requisitos legais. Com base nesse parecer, a autoridade competente autorizou a contratação. Posteriormente, o Tribunal de Contas da União entendeu que a inexigibilidade era manifestamente indevida e apontou prejuízo ao erário, responsabilizando solidariamente a autoridade que decidiu e o parecerista jurídico.
Considerando a teoria do ato administrativo e a responsabilidade do emissor de parecer, julgue o item a seguir.
O parecerista jurídico responde automaticamente e de forma solidária com a autoridade decisória sempre que o ato administrativo praticado com fundamento em seu parecer for considerado ilegal pelo órgão de controle.
- 68** No âmbito da Câmara dos Deputados, determinado servidor ocupante de cargo efetivo foi designado para exercer função de confiança na estrutura administrativa da Casa. Paralelamente, um cidadão foi nomeado exclusivamente para cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração. Ambos passaram a desempenhar atribuições administrativas internas.
Com base na teoria dos agentes públicos, julgue o item a seguir.
Tanto o servidor ocupante de função de confiança quanto o ocupante exclusivo de cargo em comissão são considerados agentes públicos, ainda que possuam regimes jurídicos distintos e diferentes formas de investidura.

- 69** À luz da teoria dos poderes administrativos e da disciplina constitucional das agências reguladoras, bem como da jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.
- É legítimo o exercício do poder de polícia pela ANATEL para fiscalizar os aspectos técnicos das estações de radiodifusão, ainda que a outorga do serviço permaneça sob competência do Poder Executivo, sendo igualmente constitucionais as taxas destinadas ao FISTEL vinculadas a essa atividade fiscalizatória.
- 70** Com fundamento no tema poderes administrativos e conforme jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.
- Lei estadual que cria programa público de assistência social pode validamente estabelecer prazo certo para que o Chefe do Poder Executivo edite o decreto regulamentador da norma, pois a atividade regulamentar constitui dever jurídico vinculado à lei, sendo legítima a atuação do Poder Legislativo para assegurar sua efetividade.
- 71** Com fundamento no tema poderes administrativos e conforme jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.
- O Estado Alfa editou lei autorizando que a sociedade de economia mista estadual responsável pela gestão do trânsito urbano aplicasse multas e demais sanções administrativas decorrentes do poder de polícia. Diante disso, foi ajuizada ação questionando a validade da delegação, sob o argumento de que o poder de polícia, por envolver atividade típica de império estatal, jamais pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração indireta e prestadoras de serviço público em regime não concorrencial.
- A delegação do poder de polícia é inconstitucional, pois atividades de império estatal, como fiscalização e aplicação de multas, jamais podem ser atribuídas a pessoas jurídicas de direito privado, ainda que integrantes da Administração indireta e prestadoras exclusivas de serviço público.
- 72** Com fundamento no tema organização administrativa e conforme jurisprudência do STF, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- A Companhia Estadual Alfa é uma sociedade de economia mista que presta serviço público essencial de habitação popular, atua em regime não concorrencial e não possui finalidade lucrativa primária. Em execução judicial movida por particular, o juízo determinou a penhora on-line de valores existentes em suas contas bancárias para satisfação do crédito, sob o fundamento de que, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado, não se submete ao regime constitucional de precatórios.
- A medida judicial é constitucional, pois as sociedades de economia mista, independentemente da atividade que exerçam, sempre se submetem ao regime de execução típico das pessoas jurídicas de direito privado, sendo incabível a aplicação do art. 100 da Constituição Federal.
- 73** Com fundamento no tema responsabilidade civil do Estado e conforme jurisprudência do STF, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- Durante manifestação pacífica em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, policiais responsáveis pelo controle do perímetro utilizaram munição de impacto controlado e gás lacrimogêneo para dispersar a multidão após tumulto pontual. Dois manifestantes foram atingidos e sofreram lesões, ajuizando ação indenizatória contra a União, alegando uso desproporcional da força. A União, em contestação, sustentou que as vítimas não comprovaram ser “terceiros inocentes”, pois estavam presentes na manifestação, requerendo a improcedência do pedido por ausência de demonstração, pelos autores, de que não contribuíram para o resultado.
- Para fins de responsabilização civil do Estado, é legítima a exigência de que a vítima comprove não ter participado do ato coletivo nem ter concorrido para a reação policial, presumindo-se a culpa exclusiva da vítima pelo simples fato de ela estar presente na manifestação, cabendo aos autores afastar essa presunção.
- 74** Com fundamento no tema responsabilidade civil do Estado e conforme jurisprudência do STF, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- Durante sessão plenária da Assembleia Legislativa de determinado Estado, um Deputado Estadual, ao criticar a atuação de empresários locais, imputou a um cidadão a prática de crimes sem qualquer prova. O ofendido ajuizou ação de indenização por danos morais exclusivamente contra o Estado, invocando a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. O ente federado sustentou que as declarações do parlamentar estavam acobertadas pela imunidade material prevista no art. 53 c/c art. 27, § 1º, da Constituição.
- A imunidade parlamentar material configura causa excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado, afastando a possibilidade de condenação do ente público por opiniões, palavras e votos proferidos pelo parlamentar no exercício do mandato, sem prejuízo de eventual responsabilização pessoal do agente em caso de abuso.
- 75** Com fundamento no tema improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992), analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- O Diretor de Obras de determinado Município, valendo-se da função que exercia, passou a exigir de empresas interessadas em contratar com a prefeitura o pagamento de “comissões” informais para viabilizar a celebração dos contratos. Em um dos casos, recebeu valores em dinheiro para facilitar a contratação de determinada empresa por preço superior ao valor de mercado, sem que houvesse qualquer prejuízo imediato e comprovado ao erário, mas tendo ele obtido vantagem patrimonial indevida em razão do cargo.
- A conduta do agente configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, sendo suficiente a demonstração do dolo e da vantagem patrimonial indevida auferida em razão do exercício do cargo, independentemente da comprovação de dano efetivo ao erário.

76 Com fundamento no tema Processo Administrativo Federal (Lei n. 9.784/1999), analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.

Durante a tramitação de processo administrativo instaurado por autarquia federal para apurar possível infração cometida por particular, o interessado solicitou vista integral dos autos e requereu prazo para apresentar documentos e alegações antes da decisão final. A autoridade administrativa indeferiu o pedido sob o fundamento de que o processo possuía natureza interna e que a manifestação do administrado poderia atrasar a conclusão do procedimento.

A conduta da autoridade administrativa é compatível com a Lei n. 9.784/1999, pois o direito de acesso aos autos e de apresentação de alegações pelo interessado pode ser restringido quando a Administração entender que a celeridade do processo recomenda a limitação da participação do administrado.

77 Com fundamento no tema Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.

Um cidadão requereu, com base na LAI, cópia integral de relatório administrativo que descreve operação de fiscalização ainda em andamento, com indicação de alvos, métodos de atuação e cronograma de diligências. O órgão público indeferiu o pedido, informando que o documento poderia ser classificado, em razão do risco de comprometer a própria atividade fiscalizatória e de prejudicar a repressão de infrações.

O indeferimento é ilegal, pois somente informações relacionadas à defesa nacional e à soberania podem ser classificadas como sigilosas, sendo vedada a restrição de acesso a documentos que envolvam investigação ou fiscalização em andamento, já que toda informação pública deve ser franqueada de forma irrestrita.

78 Com fundamento no tema Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.

Um órgão da administração pública federal compartilhou dados pessoais de cidadãos com outro ente público para viabilizar a execução de política pública prevista em lei, sem solicitar consentimento prévio dos titulares das informações. O compartilhamento ocorreu com base em convênio formal entre os órgãos e destinou-se exclusivamente à implementação da política pública.

A conduta é compatível com a LGPD, pois o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais pela Administração Pública podem ocorrer independentemente do consentimento do titular, quando necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em instrumentos congêneres.

79 Com fundamento no tema contratos administrativos, julgue o item a seguir.

Os contratos administrativos distinguem-se dos contratos regidos pelo direito privado apenas pelo fato de terem a Administração Pública como parte contratante, razão pela qual não possuem prerrogativas específicas em favor do Poder Público, devendo ser interpretados e executados integralmente sob o regime de igualdade entre as partes, sem a presença de cláusulas exorbitantes.

80 Com fundamento no tema riscos contratuais e gestão econômico-financeira do contrato, julgue o item a seguir.

Nos contratos administrativos, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro constitui garantia do contratado e decorre diretamente da Constituição Federal, de modo que fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como fatos do príncipe e fatos da administração, podem ensejar a recomposição da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Informática e Dados

Josis Alves

81 Nos sistemas operacionais modernos, como Windows, Android e iOS, a adoção de mecanismos de isolamento entre processos e aplicativos visa reduzir impactos de falhas de segurança, ainda que isso imponha restrições ao compartilhamento direto de recursos entre aplicações.

82 O uso de navegadores de internet e serviços de webmail elimina a necessidade de adoção de boas práticas de segurança por parte do usuário, uma vez que a proteção das informações passa a ser responsabilidade exclusiva do provedor do serviço.

83 No âmbito da segurança da informação, o descumprimento, pelo usuário, de políticas internas de uso de recursos de TI pode comprometer princípios como confidencialidade, integridade e disponibilidade, mesmo na ausência de falhas técnicas nos sistemas.

84 Malwares do tipo worm distinguem-se dos vírus por não necessitarem de interação humana ou de um arquivo hospedeiro para se propagarem em redes de computadores.

85 Ataques de engenharia social, como phishing e vishing, exploram predominantemente vulnerabilidades técnicas de sistemas computacionais, sendo pouco dependentes de fatores comportamentais dos usuários.

86 Soluções de Endpoint Detection and Response (EDR) diferenciam-se de antivírus tradicionais por permitirem monitoramento contínuo, análise comportamental e resposta a incidentes em tempo real nos dispositivos finais.

87 Em bancos de dados relacionais, a utilização de chaves estrangeiras contribui para a integridade referencial, ao garantir consistência lógica entre registros relacionados em tabelas distintas.

88 Em redes de computadores, a distinção entre LAN, MAN e WAN está associada exclusivamente à tecnologia empregada na transmissão dos dados, e não à abrangência geográfica da rede.

89 No contexto de aprendizado de máquina e big data, a mineração de dados consiste na aplicação de técnicas computacionais e estatísticas para identificar padrões relevantes em grandes conjuntos de dados, frequentemente utilizados como base para modelos preditivos.

90 Na forense computacional, a cadeia de custódia é um procedimento dispensável quando as evidências digitais são coletadas diretamente de sistemas corporativos controlados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Penal e Direito Processual Penal

Lucas Palhares e Vinicius Marques

- 91** Com base na situação hipotética a seguir, julgue o item subsequente. Em 2008, Paulo foi condenado por atentado violento ao pudor. Após o trânsito em julgado, sobreveio a Lei n. 12.015/2009, que revogou tal tipo penal, incorporando suas condutas ao crime de estupro. Nessa situação, deve ser reconhecida a *abolitio criminis*, com extinção da punibilidade de Paulo.
- 92** No que tange ao princípio da reserva legal, embora a Constituição Federal vede a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito Penal, entendimento do Supremo Tribunal Federal permite a utilização desse instrumento legislativo na esfera penal, desde que o conteúdo seja benéfico ao agente.
- 93** A configuração da *abolitio criminis* extingue a punibilidade e faz cessar todos os efeitos penais e civis da sentença condenatória, restabelecendo o *status quo* ante integral do indivíduo.
- 94** De acordo com a teoria da imputação objetiva, a responsabilização penal depende não apenas do nexo causal naturalístico, mas da criação ou incremento de um risco juridicamente proibido que se materialize no resultado lesivo. Nesse sentido, a conduta de um médico que amputa uma perna gangrenada para salvar o paciente é considerada atípica por configurar diminuição do risco.
- 95** O princípio da insignificância, causa supralegal de exclusão da tipicidade material, é aplicável aos réus reincidentes segundo o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, mas é terminantemente inaplicável aos crimes de moeda falsa e ao uso de atestado médico falso.
- 96** No crime continuado, se sobrevier lei penal mais grave antes da cessação da continuidade, esta será aplicada ao agente, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.
- 97** Joana, com a intenção de matar Marlene, desferiu disparos de arma de fogo em sua direção. Contudo, por erro de pontaria, os projéteis atingiram apenas Caio, que passava pelo local, causando-lhe a morte. Com fundamento na situação hipotética, julgue o item subsequente. No erro de execução, o agente responde pelo crime considerando-se as qualidades da vítima virtual (a que se pretendia atingir), não se configurando crime autônomo em relação ao terceiro efetivamente atingido.
- 98** Ana apresentou documento grosseiramente falsificado a servidor público, que imediatamente percebeu a falsidade. Nessa situação, está configurado o crime de uso de documento falso, na forma tentada.
- 99** No crime de estupro de vulnerável, a conjunção carnal com menor de 14 anos consuma o delito independentemente do consentimento da vítima ou de sua experiência sexual anterior, sendo, de acordo com o STJ, inadmissível a modalidade tentada devido à natureza do bem jurídico tutelado.
- 100** O arrependimento posterior exige a reparação do dano ou restituição da coisa até o oferecimento da denúncia ou queixa
- 101** No concurso formal impróprio (ou imperfeito), os resultados derivam de desígnios autônomos, o que impõe a aplicação do sistema do cúmulo material para a soma das penas, abrangendo tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
- 102** Um mandante contrata um matador profissional mediante o pagamento de R\$10.000,00 para executar um desafeto. O Ministério Público denuncia ambos por homicídio qualificado pela “paga ou promessa de recompensa”. Segundo entendimento jurisprudencial do STJ, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa, por ser circunstância de caráter subjetivo, não se comunica automaticamente ao mandante do crime.
- 103** Um condenado ao regime semiaberto permanece no regime fechado por inexistência de vaga em colônia agrícola ou similar. De acordo com o STF, a inexistência de vaga no regime adequado autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso até que surja vaga, em respeito ao princípio da segurança pública.
- 104** José, em concurso com João, mata sua esposa por razões de gênero. João, ciente da motivação de José e da relação de parentesco, auxilia na execução material do crime. De acordo com a recente alteração legislativa que tornou o feminicídio crime autônomo (art. 121-A), as circunstâncias pessoais elementares relativas à condição do sexo feminino comunicam-se ao coautor ou partícipe que delas tenha conhecimento.
- 105** Um réu é condenado e, após o trânsito em julgado para a acusação em 2022, a defesa interpõe sucessivos recursos protelatórios aos Tribunais Superiores. O Estado aguarda o trânsito em julgado para ambas as partes antes de iniciar a execução. O prazo para a prescrição da execução da pena concretamente aplicada começa a correr apenas do dia em que a sentença transita em julgado para ambas as partes (acusação e defesa), sendo incompatível com a ordem constitucional a contagem a partir do trânsito para a acusação.
- 106** João agride severamente a sua companheira, causando-lhe a perda de dois dentes e deformidade na arcada dentária. A defesa pede a desclassificação para lesão leve por considerar a perda dentária passível de reparação estética. Com base na situação trazida, a perda de dentes, embora reduza a capacidade funcional de mastigação e estética, não configura deformidade permanente (lesão gravíssima), mas, sim, debilidade permanente de membro, sentido ou função, caracterizando lesão de natureza grave.

- 107** Julgue o item que se segue.
Um médico, para salvar a vida de uma gestante em hemorragia grave, realiza o aborto necessário sem autorização judicial ou consentimento da paciente, que estava inconsciente. O aborto necessário, realizado para salvar a vida da gestante, não pressupõe o consentimento da paciente ou autorização judicial, bastando o diagnóstico técnico de profissional habilitado indicando que não há outro meio de preservar a vida da mulher.
- 108** Após ingerir bebida alcoólica, Pedro passou a conduzir seu veículo em velocidade muito acima da permitida, em via urbana movimentada, ultrapassando sinais vermelhos, vindo a atropelar fatalmente um pedestre.
Nessa situação, é correta a imputação automática de homicídio doloso, na modalidade de dolo eventual.
- 109** Durante a madrugada, Marcos arrombou a porta de um veículo estacionado em via pública e subtraiu objetos do seu interior, sem qualquer contato com a vítima.
Nessa situação, está configurado o crime de roubo, em razão do emprego de violência.
- 110** Carlos induziu vítima maior e capaz em erro, obtendo vantagem ilícita. A vítima, embora ciente dos fatos, não apresentou representação. Nessa situação, o Ministério Público poderá oferecer denúncia de ofício.
- 111** Com base nos princípios gerais do Direito Processual Penal, em sua conceituação doutrinária, finalidade e características, julgue o item a seguir.
O Direito Processual Penal pode ser compreendido como mero instrumento técnico destinado à aplicação do direito penal material ao caso concreto, razão pela qual sua estrutura normativa prioriza a busca da verdade real acima de garantias como contraditório, ampla defesa e presunção de inocência, admitindo-se, inclusive, a mitigação dessas garantias sempre que a elucidação dos fatos assim exigir. Nesse contexto, o processo penal conserva natureza predominantemente inquisitiva, conferindo ao juiz papel central na condução da investigação e da produção probatória, ainda que isso implique restrição à atuação das partes.
- 112** Com base na teoria das fontes do Direito Processual Penal, julgue o item a seguir.
No Direito Processual Penal, a lei constitui a fonte formal imediata por excelência, mas não exclui a relevância de fontes formais mediatas, como a Constituição, os tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico, a jurisprudência e os princípios gerais do direito, que influenciam a interpretação e a aplicação das normas processuais penais.
- 113** Com base nas regras de interpretação da lei processual penal, julgue o item a seguir.
A interpretação da lei processual penal deve observar, além do método literal, os critérios sistemático, teleológico e conforme a Constituição, sendo admissível a interpretação extensiva e a aplicação analógica quando compatíveis com as garantias processuais e com a finalidade do processo penal.
- 114** Com base na teoria dos sistemas de processo penal, julgue o item a seguir.
O sistema acusatório caracteriza-se pela concentração das funções de investigar, acusar e julgar em um mesmo órgão estatal, pela predominância da iniciativa probatória judicial e pela mitigação do contraditório na fase instrutória, ao passo que o sistema inquisitório se define pela separação rígida entre as funções processuais e pela gestão da prova pelas partes, com atuação do juiz como terceiro imparcial e essencialmente passivo.
- 115** Com base no tema inquérito policial e conforme jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.
A condução de investigações criminais constitui atividade privativa do delegado de polícia, de modo que qualquer procedimento investigatório instaurado por outro órgão estatal, ainda que previsto na Constituição, é ilegal por violação ao art. 2º, § 1º, da Lei n. 12.830/2013, que atribui exclusivamente à autoridade policial a apuração da materialidade e da autoria das infrações penais.
- 116** Com base no tema inquérito policial e conforme jurisprudência do STJ, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
Durante investigação para apurar possível crime contra a administração pública, o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito policial por entender que a conduta investigada era atípica. O juiz acolheu o pedido e determinou o arquivamento. Dois anos depois, surgiram novos elementos que, em tese, poderiam indicar a prática delitiva, razão pela qual o Ministério Público requereu o desarquivamento do feito com fundamento no art. 18 do CPP.
A decisão judicial anterior que determinou o arquivamento não impede a retomada das investigações, pois todo arquivamento de inquérito policial é provisório e não produz coisa julgada material, sendo sempre possível a reabertura do procedimento diante de novos elementos informativos.
- 117** Com base no tema investigação criminal e conforme jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.
O Ministério Público possui atribuição concorrente para realizar investigações de natureza penal por autoridade própria, desde que respeite os direitos e garantias do investigado, observe as hipóteses de reserva de jurisdição, comunique imediatamente ao juízo competente a instauração e o encerramento do procedimento investigatório, observe os mesmos prazos do inquérito policial, submeta eventuais prorrogações à autorização judicial e assegure controle jurisdicional permanente sobre os atos praticados.
- 118** Com base no tema inquérito policial e conforme jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir.
O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o investigado está solto, possui natureza meramente imprópria, razão pela qual não se admite o controle judicial da duração da investigação por meio de *habeas corpus*, ainda que o procedimento perdure por vários anos sem complexidade que justifique a demora.

- 119** Com base no tema provas e conforme jurisprudência do STJ, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- Após prisão em flagrante por tráfico de drogas, a polícia apreendeu o aparelho celular do investigado e, sem autorização judicial, acessou conversas de aplicativo de mensagens, registrando prints que foram juntados ao inquérito. O Ministério Público reconheceu a ilicitude da prova, requereu seu desentranhamento e, em seguida, solicitou autorização judicial para realizar nova extração dos dados do celular, o que foi deferido pelo juiz. A defesa alegou que toda a prova extraída do aparelho estaria contaminada pela ilicitude inicial. A segunda extração dos dados do celular, realizada com autorização judicial, constitui prova válida por fonte independente, não sendo contaminada pela ilicitude do acesso anterior.
- 120** Com base no tema prisão em flagrante e nos dispositivos do Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.
- A prisão em flagrante somente pode ser realizada por autoridade policial ou por seus agentes, sendo ilegal a captura realizada por qualquer do povo, ainda que a pessoa esteja cometendo infração penal naquele momento.
- 121** Com base no tema prisão preventiva e nos dispositivos atualizados do Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.
- A prisão preventiva pode ser decretada pelo juiz em qualquer fase da investigação ou do processo penal, desde que haja requerimento do Ministério Público, do querelante, do assistente ou representante da autoridade policial, sendo indispensável decisão fundamentada em fatos concretos, atuais ou contemporâneos que demonstrem o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, podendo o magistrado considerar, para aferição da periculosidade, elementos como o *modus operandi* do agente, a participação em organização criminosa, a natureza e quantidade de drogas ou armas apreendidas e o fundado receio de reiteração delitiva, ainda que baseado na existência de outros inquéritos ou ações penais em curso.
- 122** Com base no tema prisão preventiva e conforme jurisprudência do STJ, analise o caso hipotético e julgue o item a seguir.
- Durante investigação por roubo, a vítima realizou reconhecimento fotográfico do suspeito sem a observância do procedimento previsto no art. 226 do CPP. Com base exclusivamente nesse reconhecimento, a autoridade policial representou pela prisão preventiva do investigado, alegando indícios suficientes de autoria. O juiz deferiu o pedido, entendendo que, por se tratar de decisão cautelar e não de condenação, seria possível utilizar o reconhecimento irregular como elemento suficiente para justificar a custódia preventiva. A decisão judicial é válida, pois, mesmo sendo irregular o reconhecimento, tal elemento pode ser utilizado ao menos para fundamentar medidas cautelares, já que o standard probatório exigido para a prisão preventiva é inferior ao necessário para a condenação.
- 123** Com base no tema prisão domiciliar e conforme jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir.
- A existência de filho adolescente sob os cuidados da investigada impõe, de forma automática, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, sendo irrelevante a gravidade concreta do delito, eventual participação em organização criminosa ou a demonstração da imprescindibilidade dos cuidados maternos.
- 124** Com base na Lei n. 5.553/1968 (apresentação e uso de documentos de identificação pessoal), julgue o item a seguir.
- É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica reter documento de identificação pessoal apresentado pelo cidadão, ainda que por fotocópia autenticada, sendo permitida a retenção apenas por ordem judicial, devendo, quando exigida a apresentação do documento para a prática de determinado ato, serem extraídos os dados necessários no prazo legal e o documento imediatamente devolvido ao interessado.
- 125** Com base na Lei n. 7.960/1989 (prisão temporária), julgue o item a seguir.
- A prisão temporária será decretada pelo juiz mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, terá prazo de cinco dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, dependerá de mandado judicial prévio para sua execução e o mandado deverá indicar expressamente o período de duração da prisão e a data em que o preso deverá ser libertado.
- 126** Com base na Lei n. 9.099/1995, julgue o item a seguir.
- O Juizado Especial Criminal é competente para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não seja superior a dois anos, cumulada ou não com multa, devendo o procedimento orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade, inclusive quando houver reunião de processos no juízo comum ou no tribunal do júri em razão de conexão ou continência, hipótese em que devem ser observados os institutos da transação penal e da composição civil dos danos.
- 127** Com base na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), julgue o item a seguir.
- O agente que colaborar voluntariamente com a investigação policial na identificação dos demais coautores do crime de tráfico de drogas fará jus, obrigatoriamente, à redução de pena de um terço a dois terços, sendo possível, ainda, a concessão de liberdade provisória e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, desde que preenchidos os requisitos do Código Penal, pois a Lei n. 11.343/2006 não estabelece vedação absoluta a tais benefícios.

128 João, portador de doença neurológica grave e refratária a tratamentos convencionais, obteve autorização da ANVISA para importação de medicamento à base de canabidiol. Em razão do custo elevado e da inviabilidade financeira de manter a importação contínua, impetrou *habeas corpus* preventivo pleiteando salvo-conduto para cultivar *cannabis sativa* em sua residência, exclusivamente para fins medicinais, instruindo o pedido com laudos médicos, receitas e documentos que comprovavam a necessidade terapêutica.

Com base na Lei n. 11.343/2006 e conforme jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir.

É juridicamente impossível a concessão de salvo-conduto para cultivo doméstico de *cannabis sativa* para fins medicinais, ainda que haja comprovação médica idônea da necessidade terapêutica, pois a Lei n. 11.343/2006 tipifica como crime qualquer forma de plantio da substância, não cabendo ao Judiciário suprir eventual omissão regulamentar do Poder Executivo.

129 Em determinada área rural no interior do Paraná, parte do terreno pertencente a uma família foi utilizada por um dos filhos, sem o conhecimento dos demais coproprietários, para o cultivo de plantas destinadas à produção de entorpecentes. Após investigação, constatou-se que os pais do agente, idosos e afastados da administração do imóvel por questões de saúde, não tinham ciência da atividade ilícita. Ainda assim, a União requereu a expropriação integral da propriedade rural com fundamento no art. 243 da Constituição Federal. Com base na Lei n. 11.343/2006 e conforme jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir.

A expropriação da propriedade rural deve alcançar integralmente o imóvel, ainda que comprovada a boa-fé de coproprietários que não participaram da atividade criminosa, pois o art. 243 da Constituição Federal impõe a perda automática do bem sempre que verificada a utilização do imóvel para o tráfico de drogas, independentemente da situação subjetiva dos demais titulares.

130 Durante investigação que apurava a atuação de organização criminosa voltada ao tráfico interestadual de drogas, um servidor que tinha acesso aos autos sigilosos do procedimento fotografou o colaborador premiado e divulgou sua imagem em redes sociais, sem qualquer autorização. Em outro momento, o mesmo servidor deixou de atender requisição formal do delegado de polícia para encaminhamento de dados cadastrais relevantes à investigação.

Com base na Lei n. 12.850/2013, julgue o item a seguir.

A conduta de revelar a identidade do colaborador sem autorização escrita, bem como a recusa injustificada em fornecer dados cadastrais requisitados no curso da investigação, configura crimes autônomos previstos na Lei n. 12.850/2013, ainda que praticados por agente que não integre a organização criminosa investigada.

Criminologia e Noções de Criminalística

Maria Julia e Laécio Carneiro

131 A respeito dos objetos da criminologia, julgue o item a seguir. Considera-se um objeto da criminologia o Ministério Público.

132 A respeito de aspectos da criminologia, julgue o item a seguir. A vítima não integra o objeto central da criminologia, cuja análise tradicionalmente se limita ao crime e ao delinquente.

133 Julgue o item a seguir.

Raffaele Garofalo classificava os criminosos em três categorias principais — criminoso assassino, criminoso enérgico ou violento e ladrão ou neurastênico —, além de sustentar que a origem do crime está ligada a uma degeneração moral ou psíquica do indivíduo, introduzindo o conceito de temibilidade (periculosidade). Ademais, distinguiu os delitos em naturais e legais, conforme violassem ou não o senso comum de moralidade, altruísmo ou piedade.

134 Julgue o item a seguir.

A visão correccionalista compreende o criminoso como portador de uma patologia de desvio social, concebendo a pena como um remédio social aplicado pelo juiz, visto como médico social.

135 Julgue o item a seguir.

A criminologia caracteriza-se como ciência empírica e interdisciplinar, voltada ao estudo do crime, do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo. Contudo, dentre essas características, apenas a interdisciplinaridade pode ser considerada elemento fundamental da criminologia, não se relacionando com o direito penal ou com o direito processual penal.

136 Julgue o item a seguir.

O conceito de ciência total do Direito Penal (*gesamte Strafrechtswissenschaft*) foi desenvolvido por Franz von Liszt, segundo o qual o estudo do Direito Penal deve resultar da integração entre a dogmática penal, a criminologia e a política criminal, exigindo do penalista formação jurídica e criminalística, bem como a compreensão causal do delito e da pena e a elaboração de uma política criminal baseada em fundamentos empíricos.

137 Julgue o item a seguir.

O modelo restaurador ou conciliatório de reação ao crime tem como foco principal a sociedade, buscando prevenir novos delitos por meio da intimidação decorrente da ameaça da pena.

138 Julgue o item a seguir.

A prevenção criminal secundária incide sobre grupos sociais que apresentam maior risco de sofrer ou protagonizar o fenômeno criminal, utilizando como instrumentos, entre outros, a política legislativa, a ação policial e o controle jurídico-penal, com resultados esperados no curto ou médio prazo.

Enquanto a Criminologia é a ciência que estuda a origem do crime e as formas de prevenção de controle deste, a Criminalística é a disciplina que materializa e investiga cientificamente cada fato criminoso para produzir a prova material para a ação penal. Sobre esses ramos da Ciência Forense, julgue os itens:

139 Sob o aspecto da Criminologia, para as correntes de conflito, o Direito Penal é analisado criticamente, especialmente quanto à sua seletividade, eficácia e impacto social.

140 As teorias sociológicas da criminologia explicam o crime predominantemente a partir de fatores individuais e biológicos.

141 No que diz respeito à prevenção primária, esta atua antes da ocorrência do crime, incidindo sobre fatores estruturais como educação, saúde, moradia e políticas sociais.

- 142** No que diz respeito ao escopo da Criminalística, a perícia consiste em atividade técnica especializada destinada a esclarecer fatos de interesse da Justiça, sendo realizada exclusivamente por peritos oficiais nos casos previstos em lei.
- 143** A requisição da perícia é ato formal, obrigatório e independe da vontade das partes, podendo ser determinada pela autoridade policial ou judiciária.
- 144** As perícias documentoscópica, audiovisual e grafotécnica integram o rol de tipologias periciais voltadas à análise da autenticidade, autoria e integridade de documentos e registros.
- 145** No processamento pericial do local de crime, a sequência lógica das etapas compreende, dentre outras, o reconhecimento do local e dos vestígios, isolamento, preservação, fixação, documentação, coleta, acondicionamento, liberação do local, transporte dos vestígios, processamento etc.

Direitos Humanos e Legislação Correlata

Thiago Medeiros

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, julgue os itens a seguir.

- 146** A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que ninguém será submetido a prisão ou detenção arbitrária, garantindo-se, ainda, a imediata comunicação da prisão ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- 147** O direito de não ser submetido à prisão por dívidas é assegurado tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988, admitindo-se, em todas essas normas, exceção expressa para o inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.
- 148** A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a toda pessoa o direito de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.
- 149** A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura direitos civis e políticos, mas não contempla direitos econômicos, sociais e culturais, os quais foram incorporados apenas posteriormente por tratados internacionais específicos.

À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

- 150** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos admite a aplicação da pena de morte apenas nos Estados que não a tenham abolido, vedando sua imposição por crimes políticos ou conexos a crimes políticos.

- 151** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura que toda pessoa condenada à pena de morte tem o direito de solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, não podendo a execução ser realizada enquanto o pedido estiver pendente de decisão.

Considerando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

- 152** Os membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos são eleitos pela Assembleia Geral da OEA, a título pessoal, entre nacionais dos Estados membros, para mandato de quatro anos, vedada a reeleição consecutiva.
- 153** A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode examinar petições individuais que denunciem violação da Convenção por Estado-parte, ainda que os recursos internos não tenham sido esgotados, desde que caracterizada demora injustificada na decisão final.

Considerando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

- 154** Compete à Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitir pareceres consultivos, inclusive sobre a compatibilidade de leis internas com a Convenção Americana, desde que solicitado por Estado membro da OEA.
- 155** Indivíduos podem submeter petições diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde que representados por advogado habilitado e após a publicação do relatório de mérito da Comissão.

Considerando a teoria geral dos direitos humanos, bem como suas gerações (ou dimensões), princípios e características, julgue os itens a seguir.

- 156** Os direitos humanos caracterizam-se pela universalidade e pela indivisibilidade, razão pela qual a proteção dos direitos civis e políticos independe da concretização dos direitos econômicos, sociais e culturais.
- 157** Os direitos humanos de primeira dimensão caracterizam-se, em regra, por impor ao Estado deveres negativos, sem prejuízo da existência de prestações positivas indispensáveis à sua efetividade.
- 158** A classificação dos direitos humanos em gerações ou dimensões possui natureza meramente didática, não refletindo uma sucessão cronológica rígida nem uma hierarquia normativa entre direitos.
- 159** A historicidade expansiva dos direitos humanos admite que determinados direitos deixem de ser reconhecidos como fundamentais em razão de mudanças culturais profundas.

A respeito da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 160** Os tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro antes da Emenda Constitucional n. 45/2004 possuem status supralegal, ainda que não tenham sido aprovados pelo rito previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal.
- 161** A teoria do duplo estatuto dos tratados internacionais de direitos humanos reconhece que tais tratados podem possuir, simultaneamente, natureza supralegal e constitucional, a depender do conteúdo material da norma aplicada ao caso concreto.
- 162** No que se refere ao controle de convencionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, julgue o item a seguir.
O controle de convencionalidade impõe ao Poder Judiciário o dever de verificar a compatibilidade das normas internas com os tratados internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil, inclusive quando estes possuam status supralegal.
- 163** Com base na Lei n. 13.060/2014 e no Decreto n. 12.341/2024, quanto ao uso da força pelos agentes de segurança pública, julgue o item a seguir.
A Lei n. 13.060/2014, complementada pelo Decreto n. 12.341/2024, estabelece que o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo constitui medida prioritária na atuação dos agentes de segurança pública, devendo ser adotada sempre que suficiente para conter a ameaça, em observância aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e responsabilidade.
- 164** À luz do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (ONU), julgue o item a seguir.
O Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei admite o uso da força como instrumento ordinário de atuação estatal, desde que observado o interesse da ordem pública e a preservação da autoridade do agente.
- 165** Considerando os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, julgue o item a seguir.
De acordo com os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, o uso intencional de armas de fogo só pode ocorrer quando estritamente inevitável para proteger a vida, devendo os Estados assegurar mecanismos de responsabilização e revisão dos casos em que resulte morte ou lesão grave.

Atividade de Inteligência

Diego Fontes

- 166** A noção de categorias de inteligência tem relação com a necessidade de assessoramento a processos de tomada de decisões em várias áreas de natureza estratégica.
- 167** Considera-se inteligência a atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.
- 168** Cabe à Inteligência de Fontes Abertas (Osint) a interceptação de sinais de comunicações, como mensagens de rádio e de telefonia.
- 169** Quanto ao ciclo de produção do conhecimento de inteligência, nas etapas de formalização e difusão, o conhecimento produzido será formalizado em documentos de inteligência, e disponibilizado para o usuário ou para outras agências de inteligência, atendidos os princípios do sigilo e da oportunidade e da necessidade de conhecer.
- 170** Cabe à Inteligência de Estado subsidiar o processo decisório nos distintos escalões das Forças Armadas.
- 171** De acordo com a Técnica de Avaliação de Dados (TAD), no julgamento da fonte, devem ser verificados os parâmetros de semelhança, coerência e compatibilidade.
- 172** Dentre as principais vantagens das fontes abertas de inteligência (OSINT) estão a disponibilidade e o baixo custo.
- 173** O acadêmico estadunidense Sherman Kent é responsável por uma publicação fundamental no campo da inteligência. Esta obra tornou-se referência essencial para diversas agências de inteligência ao redor do globo, incluindo as brasileiras. Kent propôs uma das definições mais amplamente reconhecidas e adotadas sobre inteligência, caracterizando-a por meio de uma tríade: conhecimento (produto), organização e atividade (processo). A inteligência como organização diz respeito à sua estrutura funcional, tratando-se do conjunto de organizações ou instituições que se qualificam como serviços de inteligência.
- 174** Na fase de análise do ciclo de produção do conhecimento de inteligência, o analista decompõe os dados e/ou conhecimentos reunidos e pertinentes em suas partes constitutivas, já devidamente avaliadas e relacionadas aos aspectos essenciais levantados, examinando cada uma delas a fim de estabelecer sua importância em relação ao assunto estudado.

- 175** As contramedidas de vigilância técnica (CMVT) são operações de inteligência que visam manter um alvo sob observação, relatando suas atividades.
- 176** A Política Nacional de Inteligência (PNI) é um documento de alto nível que orienta a atividade de Inteligência no País.
Sobre o processo de sua fixação, deve ser homologada pelo órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, antes de ser aprovada pelo Presidente da República.
- 177** De acordo com o Decreto n. 8.793/2016, que fixa a Política Nacional de Inteligência, a interferência externa pode ser definida como a manipulação de dados estratégicos por meio de ataques cibernéticos que visam comprometer as decisões políticas de uma nação.
- 178** O controle dos bens e das tecnologias de uso dual deve ser rígido, sem espaço para qualquer tipo de exceção, tendo em vista a alta sensibilidade que é inerente a estes.
- 179** A Política Nacional de Inteligência afirma que, para contrapor-se à ameaça representada pelas armas de destruição em massa, sobressaem dois imperativos: a não proliferação e a eliminação dos estoques existentes.
- 180** A corrupção não é assunto de interesse da atividade de inteligência, devendo esta ser tratada apenas na esfera da persecução criminal.

Discursiva

Leo Murga

QUESTÃO 1

A atividade de Inteligência é instrumento essencial de apoio ao processo decisório do Estado e à proteção de interesses estratégicos nacionais, conforme estabelecido na Política Nacional de Inteligência, instituída pelo Decreto n. 8.793/2016. Em um cenário de intensificação de ameaças híbridas e atuação de grupos estrangeiros interessados em dados sensíveis de infraestrutura crítica, torna-se indispensável a adoção de metodologias sistemáticas de análise de risco.

Com base nos conceitos de ameaça, vulnerabilidade e risco, bem como nas metodologias de análise de risco empregadas na atividade de inteligência, redija um texto dissertativo, em até 20 linhas, no qual você:

- (a) cite e explique, de forma integrada ao texto, ao menos três objetivos da Inteligência nacional;
- (b) explique o conceito de risco no contexto da atividade de Inteligência, relacionando ameaça, vulnerabilidade e impacto;
- (c) explique como a análise de risco orienta a tomada de decisão e a proteção do Estado.

QUESTÃO 2

O uso da força por agentes estatais deve observar parâmetros jurídicos e éticos compatíveis com a proteção dos direitos humanos. Para tanto, a Organização das Nações Unidas instituiu o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Resolução n. 34/1969) e os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Esses dispositivos foram incorporados ao ordenamento brasileiro por meio de legislação e diretrizes administrativas.

Considere a seguinte situação hipotética: durante uma operação policial em área urbana, um indivíduo desarmado tenta fugir após uma abordagem, sendo atingido por disparo de arma de fogo, apesar de não representar ameaça imediata à vida de terceiros.

Com base no Código de Conduta da ONU e nos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo, redija um texto dissertativo, em até 20 linhas, no qual você:

- (a) apresente os deveres dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei no uso da força;
- (b) analise a compatibilidade da conduta descrita com esses parâmetros;
- (c) indique a finalidade da limitação do uso da força sob a ótica dos direitos humanos.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA TÉCNICA

Você é servidor público lotado em um órgão federal responsável pela realização de concursos públicos. Após auditoria interna, foi identificado que um grupo de candidatos teve acesso antecipado ao gabarito da prova objetiva por meio de um funcionário terceirizado da banca examinadora, o qual repassou os dados mediante pagamento.

Constatou-se, ainda, que os candidatos utilizaram os resultados fraudulentos para obter aprovação e posterior nomeação em cargos públicos. Essas pessoas exercem o cargo respectivo há um pouco mais de nove anos.

Diante dos fatos, a autoridade máxima do órgão solicita a elaboração de parecer técnico-opinativo acerca da situação.

Na condição de servidor responsável pela análise jurídica do caso, redija uma peça técnica, em até 50 linhas, na qual você:

1. qualifique juridicamente as condutas, indicando os principais tipos penais em tese aplicáveis;
2. analise a existência de concurso de agentes, tipicidade, ilicitude e culpabilidade;
3. aprecie os reflexos processuais, indicando providências no âmbito do inquérito policial e da produção de provas;
4. apresente recomendações administrativas e jurídicas à autoridade competente.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
1º SIMULADO
TÉCNICO LEGISLATIVO – POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL (PÓS-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
Respostas

Item 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45
Respostas

Item 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75
Respostas

Item 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105
Respostas

Item 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Respostas

Item 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135
Respostas

Item 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150
Respostas

Item 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165
Respostas

Item 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180
Respostas

GRAN

Resolva sua **vida financeira** para
sempre com a

ASSINATURA
ILIMITADA

11

CONFIRA AS NOVIDADES IMPERDÍVEIS DE 2026

Cronograma com 1 Clique:

Organize sua rotina de estudos instantaneamente com modelos pré-configurados e otimizados para o seu concurso de interesse.

Raio-X Gran:

Analise tendências de cobrança das bancas e visualize o seu desempenho em comparação com a concorrência para um estudo mais direcionado.

Revisão Inteligente (IA):

Use a Inteligência Artificial para gerar automaticamente resumos, mapas mentais, flashcards e exercícios de fixação a partir das aulas.

Jornada do Aprovado:

Navegação aprimorada com pesquisa de intenção para identificar seu perfil de aluno e encontrar os cursos ideais para você.

Legislação Comentada:

Estude a letra da lei com o auxílio de comentários didáticos, esquemas, tabelas e elementos visuais que facilitam a memorização.

Gran Vantagens:

Clube de benefícios exclusivos com descontos e cashbacks em mais de 3 mil marcas e serviços de uso cotidiano.